



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping – Cuiabá/MT, 18 de março de 2011.

Notícias / **Política MT**

17/03/2011 - 20:05

Conselheiro morre após discursar em audiência na AL sobre a saúde

Da Redação - Alline Marques e Lucas Bólico

Foto: Lucas
Bólico/OD



Após receber atendimento dentro do auditório e no saguão da Assembleia, médicos tentam reanimar o aposentado Lousite Ferreira da Silva na ambulância

O aposentado Lousite Ferreira da Silva, membro do Conselho Estadual de Saúde, morreu na noite desta quinta-feira, por volta das 19h30, após sofrer uma parada cardíaca durante a audiência pública realizada na Assembleia Legislativa para debater a saúde de Mato Grosso. Ele passou mal logo após discursar.

Lousite também é representante da Associação dos Aposentados e emocionou-se durante sua fala. Minutos depois de encerrar o discurso, já sentado, começou a passar mal, teve convulsões e entrou em coma.

Os vários médicos que estavam no local prestaram socorro e tentaram reanimá-lo. Ele foi levado pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) para o Pronto-



Socorro de Cuiabá. Antes de chegar ao hospital ele foi reanimado, mas durante o atendimento já na unidade acabou sofrendo uma segunda parada cardíaca e veio a óbito.

O presidente do Conselho Regional de Medicina (CRM), Arlan de Azevedo, foi um dos que prestou socorro a Lousite e informou que o estado dele ao deixar a Assembleia era crítico. Após o incidente a audiência foi suspensa e remarcada para o próximo dia 5 de abril. O secretário de Estado de Saúde, Pedro Henry (PP), ficou bastante abalado e disse que Lousite foi seu companheiro no conselho.

A audiência teve início por volta das 15h30 desta quinta-feira (17) e os servidores da saúde e médicos lotaram o auditório Milton Figueiredo. Marcada por vaias e protesto o clima foi tenso durante toda a reunião. Os manifestantes chegaram a irritar o presidente da Assembleia Legislativa, deputado José Riva (PP), que pediu ordem.

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Conselheiro_morre_apos_discursar_em_audiencia_na_AL_sobre_a_saude&id=165289

Notícias / **Política MT**

18/03/2011 - 09:10

Lúdio critica terceirização, propõe auditoria na Saúde e é ovacionado

Da Redação - Lucas Bólico



Foto: Reprodução

O médico e presidente da Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Cuiabá, vereador Lúdio Cabral (PT), atacou duramente a proposta de terceirização de Saúde aprovada pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso. O petista, que ao terminar sua fala foi aplaudido de pé pelos manifestantes presentes, propôs a criação de uma auditoria para descobrir porque os gastos com a saúde pública são grandes, mas o atendimento deixa a desejar.

O vereador argumentou que essa tentativa de resolver problemas de gestão poderá colocar em risco toda a funcionalidade do Sistema Único de Saúde (SUS) no estado. “O caminho que a Secretaria de Saúde está tomando é equivocado. Há um diagnóstico que



a administração pública tem dificuldades em colocar os serviços em prática com qualidade. Essa é a base que fundamenta a posição da secretaria, mas essa preocupação coloca em risco os princípios do SUS”.

Para Cabral, é necessário acabar com o que ele chama de aparelhamento partidário na Saúde. “O fisiologismo, o apadrinhamento político e o aparelhamento partidário compromete a gestão da Saúde.” Para ele, é necessária uma gestão muito mais técnica do que política.

Além de atacar a proposta da Secretaria de Saúde, o vereador propôs saídas alternativas à terceirização. Segundo ele, os hospitais regionais poderiam se tornar autarquias, com um modelo de autogestão técnica e sem apadrinhamento político. Apesar da autonomia com o modelo de autarquia, o hospital seguiria público.

Lúdio Cabral também lembrou que um sistema de regulação precário poderá colocar em xeque a fiscalização da administração que seriam feita pelas Organizações Sociais de Saúde (OSS).

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Ludio_critica_terceirizacao_propoe_auditoria_na_Saude_e_e_ovacionado&id=165287

Notícias / **Cidades**

17/03/2011 - 17:42

Secretário comprova que já fez repasses para o Serv Saúde

Da assessoria

O secretário de Finanças de Rondonópolis, Adão Nunes, comprova que os repasses do Serv Saúde, no valor de R\$ 289.280,90, foram efetuados no dia 15 de março. O único pagamento ainda pendente, explica Nunes, é com relação ao parcelamento de R\$ 56 mil. Cópias dos processos de empenho e dos cheques recebidos pela direção do instituto, estão disponíveis para quem tenha interesse em verificar, tanto no setor de Tesouraria quanto na Assessoria de Comunicação Social e Imprensa do Município.



No dia seguinte ao pagamento, a imprensa local divulgou declaração do diretor-executivo do Serv-Saúde, Vilmondes Aprígio, alegando que não havia recebido esses valores. Ele acrescentou à conta apresentada, outro valor de parcela a vencer. Diante do fato, Adão Nunes vê a necessidade de dar publicidade ao pagamento do montante.

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Secretario_comprova_que_ja_fez_repass_es_para_o_Serv_Saude&edt=25&id=165266

Notícias / **Ciência & Saúde**

17/03/2011 - 17:05

Servidores invadem AL, vão secretário e Riva perde a paciência

Da Redação - Alline Marques e Lucas Bólico

Aos gritos de “Pedro Henry que baixaria, a saúde não é mercadoria”, os servidores da saúde e médicos receberam os políticos que chegavam à Assembleia Legislativa para participar da audiência pública realizada na tarde desta quinta-feira (17) para discutir a saúde, na qual o clima ficou quente diante da insatisfação dos manifestantes.

Carro de som, faixas, cartazes de protesto, foram os adereços utilizados pelos manifestantes. Antes de chegar à Assembleia Legislativa, os servidores e manifestantes percorreram as ruas de Cuiabá. Os mais exaltados chegaram a pedir a saída do secretário de Estado de Saúde, Pedro Henry (PP), que está há três meses no cargo.

O secretário de Estado de Saúde, Pedro Henry (PP), foi vaiado na chegada e até mesmo durante o discurso no auditório Milton Figueiredo, precisou a intervenção do presidente do legislativo, deputado José Riva (PP), para acalmar os ânimos dos manifestantes, revoltados com a ‘terceirização’ dos hospitais regionais.

Riva chegou a perder a paciência com os manifestantes e chegou a ameaçar o encerramento da audiência. Ele reclamou da “falta de educação” dos protestantes e chegou a falar que a Assembleia não é “casa da baderna”.

Cerca de 700 servidores ocuparam os corredores da Assembleia e demonstraram insatisfação com a posição do secretário, que estaria sendo intransigente. A presidente do Conselho Regional de Serviço Social, Janaina Almeida, explicou que a briga é contra a forma que está sendo feita, de forma antidemocrática, porque a sociedade não está



sendo ouvida e muito menos os trabalhadores que são quem precisam dos serviços de saúde pública.

Henry usou de mais uma hora para tentar explicar a proposta de contratar Organizações Sociais (OS) para administrar os hospitais do Estado, porém por várias vezes foi interrompido por vaias, gritos e protestos dos manifestantes. O secretário mais uma vez voltou a acusar o governo anterior de fazer gastos abusivos com a saúde.

Dos políticos presentes, o único a ser aplaudido foi o deputado Percival Muniz (PPS), que lembrou que o povo foi quem elegeu o atual governo, inclusive com o apoio do PT. Ao lembrar que muitos manifestantes estão associados à sigla petista.

Muniz também chegou a pedir calma aos servidores e destacou que é preciso ouvir o secretário para poder entender a proposta, a qual ele foi contra a aprovação de urgência como foi feita pelos deputados.

A audiência pública é conjunta com a Câmara de Cuiabá e o vereador Lúdio Cabral (PT), que também é médico, foi outro que precisou intervir para dar continuidade à audiência, diante do clima tenso no local.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Servidores invadem AL vaiam secretari o e Riva perde a paciencia&edt=34&id=165229](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Servidores%20invadem%20AL%20vaiam%20secretario%20e%20Riva%20perde%20a%20paciencia&edt=34&id=165229)

Notícias / **Ciência & Saúde**

17/03/2011 - 11:18

Saúde promove capacitação para implantação do Programa de Controle ao Tabagismo

Assessoria SMS

Nesta quarta, quinta e sexta-feira (16, 17 e 18 de março) no auditório da Secretaria de Saúde de Cuiabá, os profissionais de cinco unidades de saúde serão capacitados para implantar o projeto piloto que atenderá a população fumante de Cuiabá em cinco unidades de saúde: PSF Novo Paraíso I e II, PSF Sta Izabel I, II e III, PSF Residencial Coxipó I, II e III, PSF Dr Fábio I e II e Centro de Saúde Campo Velho.

O objetivo é reduzir o número de fumantes em todo o país e a consequente morbimortalidade por doenças relacionadas ao tabaco. Segundo o Ministério da Saúde,



Saúde em Foco



o total de mortes no mundo, decorrentes do tabagismo, é atualmente cerca de 5 bilhões ao ano e no Brasil são estimados cerca de 200 mil mortes/ano.

Conforme dados da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por inquérito Telefônico (Vigtel), Cuiabá ocupa a 14^o posição no ranking entre as capitais que possui o maior número de fumantes do Brasil. A capital mato-grossense apresentou o índice de 12,7% da população fumante, sendo desses 14% homens e 11,6% mulheres, com idade maior de 18 anos.

Outras capitais brasileiras apresentaram índices de população fumante altíssimo como no Rio Branco com 25,3%, em Maceió com 24,5%, em Curitiba 19,7% e outras com menores índices como em Aracaju com 5,3%, em Salvador com 7,0%, em João Pessoa com 7,0%.

Segundo a responsável pelo Programa da SMS, a enfermeira Ana Cristina Verhalen, serão cinco unidades cadastradas em Cuiabá junto ao Ministério da Saúde que irão prestar o serviço. Porém, Ana Cristina acrescenta que o objetivo é que até o final do ano todas as demais unidades estejam credenciadas ao programa. A princípio serão cinco unidades pilotos que serão atendidos pelo programa.

Tratamento

A responsável pelo PNCT, Ana Cristina Verhalen, explicou que são dois tipos de tratamento desenvolvidos de forma paralela com o paciente, um que possui a abordagem cognitiva que é a terapia em grupo. A quantidade de pessoas pode variar de 10 a 15 pessoas por grupo.

E a segunda fase do tratamento é o medicamentoso, ou seja, quando o paciente passa por uma consulta e avaliação clínica do médico e se necessário, são indicados remédios como cloridrato de bupropiona e o adesivo de nicotina fornecido pelo SUS. O tratamento dura no máximo três meses e existem critérios para participar o programa.

Segundo Ana Cristina, o pré-requisito básico para o paciente participar do programa é que exista o interesse próprio de parar de fumar e em casos de pacientes que tenham



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

complicações de saúde em decorrência do Tabaco, entre outras doenças como pressão alta e diabets.

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Saude_promove_capacitacao_para_implantacao_do_Programa_de_Control_e_a_Tabagismo&edt=34&id=165102

COTIDIANO / FATALIDADE NA AL

17.03.11 | 21h17 - Atualizado em 17.03.11 | 21h41

Aposentado discursa em audiência, passa mal e morre

Lousite Ferreira da Silva era conselheiro estadual de saúde; ele foi socorrido, mas não resistiu

Clique para ampliar

Lucas Bólico/Olhar Direto



Equipe médica do Samu fez atendimento rápido, mas aposentado não resistiu



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

DA REDAÇÃO

O conselheiro estadual de saúde Lousite Ferreira da Silva faleceu hoje, no início da noite, após participar de uma audiência pública, na Assembleia Legislativa, que discutia os novos rumos da saúde em Mato Grosso. Ele também era membro da Associação dos Aposentados do Estado.

Logo depois de discursar no auditório Milton Figueiredo, ele passou mal e foi atendido pela equipe médica da Assembleia, por outros médicos presentes e pelo próprio secretário de Saúde, Pedro Henry, que também participava do evento.

Lousite Silva teve parada cardíaca e chegou a ser reanimado pela equipe do Samu ao sair da Assembleia, porém, ao dar entrada no Pronto Socorro de Cuiabá, teve outra parada cardíaca e não resistiu.

"Os deputados e todos os funcionários da Casa estão consternados com o ocorrido, que resultou na morte do conselheiro. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado José Riva, destacou que Lousite sempre foi um participante assíduo das discussões promovidas pela Assembleia e que sua falta será sentida por muitos", afirmou a Secretaria de Comunicação do Poder, através de nota.

"É uma perda lastimável e tenho certeza que Lousite será sempre lembrado pelas lutas que enfrentou, respeitando sempre o processo democrático", afirmou o deputado José Riva (PP).

<http://www.midianews.com.br/?pg=noticias&cat=3&idnot=45006>

SAÚDE | 18/03/2011 - 08:12

[Não tenho pressa para concluir relatório da CPI, afirma Sérgio](#)

Laura Nabuco



O deputado Sérgio Ricardo (PR) afirmou que não tem pressa para concluir a CPI da Saúde e já considera a possibilidade de torná-la permanente. "Nós tivemos 50 anos de abandono da Saúde. Não vai ser de uma hora para outra que vamos resolver isso", afirmou. O prazo anunciado para a entrega do relatório final acabou em novembro do ano passado.



Saúde em Foco



A CPI da Saúde foi implantada em outubro de 2009 para apurar a crise no setor, principalmente em Cuiabá, e verificar se os recursos estão sendo transferidos pelo Estado e aplicados corretamente nos municípios. O item mais recente que entrou para a pauta, segundo Sérgio, é a proposta de contratação de Organizações Sociais para administrar as unidades médicas apresentada pelo secretário estadual da pasta, Pedro Henry (PP).

Apesar de garantir que o assunto já está sendo analisado, o parlamentar preferiu não dar uma opinião sobre a implantação do modelo. "Acredito que isso tem que ser melhor discutido. O que serve para São Paulo pode não servir para Mato Grosso", ponderou. A proposta se tornou uma polêmica e chegou a motivar a greve dos médicos contratados pelo Estado.

A primeira tentativa de contratação dessas instituições sem fins lucrativos, inclusive, já foi "barrada" pela Justiça. Uma liminar suspendeu a licitação destinada ao gerenciamento, operacionalização e execução dos serviços no Hospital Metropolitano, em Várzea Grande. A medida cautelar foi apresentada pelo promotor de Justiça Alexandre de Matos Guedes, que alega que a terceirização infringe os preceitos constitucionais e legais relativos à exigência de participação da comunidade e controle social das ações do SUS.

<http://www.rdnews.com.br/noticia/nao-tenho-pressa-para-concluir-relatorio-da-cpi-afirma-sergio>

[SAÚDE](#) | 18/03/2011 - 08:47

[Henry tenta blindar governo Silval dos problemas da Saúde com OSS](#)

Laura Nabuco



Saúde em Foco



Desde de que o deputado federal licenciado Pedro Henry (PP) assumiu a secretaria estadual de Saúde, o setor voltou a ser o carro-chefe do Estado. Ainda nas primeiras semanas à frente do cargo, o secretário fechou convênios e anunciou a criação de mais de 200 leitos na Capital e região metropolitana.

A promessa mais recente foi a de solução definitiva para os problemas com a contratação de Organizações Sociais de Saúde (OSS) para administrar os hospitais, que até agora têm gestões públicas. O modelo proposto, contudo, vem sofrendo grande pressão dos profissionais que atuam na área.

Os argumentos de Henry são de que o modo como o setor vem sendo conduzido hoje está falido e que o Governo não tem verba suficiente para colocar unidades já concluídas em funcionamento.

Isso porque a gestão pública gastaria ao menos oito vezes mais do que as particulares. A terceirização dos serviços tiraria das costas do Estado a responsabilidade sobre o que acontece dentro das unidades. A polêmica sobre o assunto passa pela termo terceirização, rechaçado pela classe médica.



O temor é quanto à possibilidade de uma maior brecha para corrupção no setor e a falta de estabilidade para os profissionais que atuam na Saúde. As OSS não precisariam prestar contas à órgãos fiscalizadores e pressões políticas poderiam interferir na escolha ou rescisão dos contratos com as entidades.

Henry, por sua vez, enfrenta a classe médica e garante que vai atender a um pedido da sociedade. O secretário alega que esta seria a única forma do Estado conseguir dar conta de continuar bancando a Saúde. Os que se colocam contrários pontuam que a ideia do progressista é uma confissão de incompetência, mas ao mesmo tempo reconhecem que foi o próprio secretário quem descobriu os rombos no setor.

<http://www.rdnews.com.br/blog/post/henry-tenta-blindar-governo-silval-dos-problemas-da-saude-com-oss>

17/03/2011 - 20h42

Aposentado morre após participar de audiência sobre gestão da saúde

Redação 24 Horas News



AUDIÊNCIA pública para discutir gestão da saúde

Auditório Milton Fiugueiredo lotado: tensão e muita pressão

O aposentado Lousite Ferreira da Silva, conselheiro estadual de Saúde de Cuiabá, e titular da Associação dos Aposentados do Estado, morreu no começo da noite desta quinta-feira após participar da audiência pública realizada pela Assembléia Legislativa para discutir a situação do sistema da Saúde da Capital. O evento aconteceu no auditório Milton Figueiredo. Lousite passou mal após discursar na sessão.



O conselheiro foi atendido por equipe médica da Assembleia Legislativa e pelo próprio secretário de Saúde, Pedro Henry, que também participava do evento. Lousite teve parada cardíaca e chegou a ser reanimado pela equipe do Samu ao sair da Assembleia, porém, ao dar entrada no Pronto-Socorro de Cuiabá, teve outra parada cardíaca e não resistiu.

De acordo com o presidente José Riva, o Lousite sempre foi um participante assíduo das discussões promovidas pela Assembleia e que sua falta será sentida por muitos. "É uma perda lastimável e tenho certeza que Lousite será sempre lembrado pelas lutas que enfrentou, respeitando sempre o processo democrático" – disse Riva.

A Secretaria de Imprensa da Assembléia Legislativa informou que funcionários do Legislativo, também se disseram consternados com o ocorrido, que resultou com a morte do conselheiro.

A audiência pública foi tensa. Servidores públicos do setor praticamente invadiram o Auditório Milton Figueiredo para repudiar a possibilidade de terceirização dos hospitais regionais. Com os ânimos exaltados, dificultaram a condução da audiência pública com constantes interferências durante o pronunciamento do secretário de Saúde, Pedro Henry.

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?tipo=ler&mat=362406>

17/03/2011 - 20h08

Projeto das OS enfrenta dura resistência e protestos na Assembléia Legislativa

Hebert Almeida
Redação 24 Horas News

O Governo pode até insistir no novo modelo de gestão estabelecido pela Secretaria Estadual de Saúde (SES) às unidades de atendimento ao público. Mas terá que o fazê-lo sob dura resistência e intensa artilharia dos mais variados segmentos envolvidos na questão. Depois da greve deflagrada pelos profissionais de saúde em cinco hospitais regionais, agora foi a vez de representantes da categoria protestarem na Assembléia Legislativa, durante audiência pública convocada para tratar do atendimento em Cuiabá e Várzea Grande. A revolta foi tamanha que a falta de respeito aos princípios democráticos por pouco não chegou aas raias da selvageria.

Servidores públicos do setor praticamente invadiram o Auditório Milton



Saúde em Foco



Figueiredo para repudiar a possibilidade de terceirização dos hospitais regionais. Com os ânimos exaltados, dificultaram a condução da audiência pública com constantes interferências durante o pronunciamento do secretário de Saúde, Pedro Henry. O vereador Lúdio Cabral, que preside a Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Cuiabá, pediu a colaboração de todos para ouvir atentamente as explicações de Henry.

Apesar de tentar garantir a palavra do secretário, Lúdio se manifestou contrário ao projeto de Henry. Disse que o caminho que a SES está adotando é "equivocado" e afirmou que há diagnóstico de que a administração pública direta tem dificuldade pra colocar em funcionamento os serviços de saúde. Segundo ele, a preocupação gerencial abre margem para os princípios do sistema público de saúde. Cabral pediu investigação e auditoria nos hospitais regionais.

Lúdio foi um dos poucos vereadores a se manifestar. A maioria decidiu abandonar a audiência pública em protesto por considerarem que o Legislativo de Cuiabá havia sido ignorado pela organização do evento. "Esta audiência foi solicitada pela Câmara de Cuiabá para discutirmos a saúde pública da Capital, e não fomos sequer convidados para fazer parte da Mesa. Não é uma questão de vaidade, mas sim de respeito com o Legislativo Municipal" - disse o vereador Antônio Fernandes (PSDB).

"A privatização da saúde é um assunto sério que deve ser debatido com maturidade e equilíbrio, não de forma desorganizada como esta audiência", afirmou o vereador Toninho de Souza (PDT), que também se retirou do evento.

O presidente do Conselho Regional de Medicina, Arlan Ferreira reiterou de que toda essa indignação são os reflexos da ingerência dos gestores. Para ele, o retrato da saúde pública é consequência de inúmeras atitudes incompetentes. "O Conselho Regional de Medicina, como órgão de fiscalização, quer que esse processo ocorra de forma transparente". Ele chamou a atenção para as dificuldades que os municípios têm para contratar servidores.

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?tipo=ler&mat=362386>

17/03/2011

22h24

Reestruturação da carreira de servidores do SUS será debatida na 3ª

Durante a audiência pública que debateu o sistema de saúde pública de Cuiabá, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado José Riva (PP), anunciou mais uma reunião para discutir a reestruturação



da carreira dos profissionais do Sistema Único de Saúde. O encontro será na próxima terça-feira (22), às 14 horas, na sede da Casa de Leis. Participam os secretários estaduais Pedro Henry (Saúde), Cesar Roberto Zilio (de Administração), e o presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, Júlio Pinheiro.

No mês passado, Riva enviou indicação ao Governo do Estado pedindo a reestruturação das carreiras desses profissionais. O PCCS relativo ao SUS está sem revisão desde dezembro de 2004, tendo sofrido ao longo deste tempo muitas demandas Judiciais e Administrativas.

O Conselho Estadual de Saúde em dezembro de 2009 aprovou por unanimidade, via Resolução, a minuta do Anteprojeto de Lei Complementar, com as ressalvas feitas pelos Conselheiros presentes. As principais reivindicações da categoria são: transformação dos dois Cargos de nível médio em um grande Cargo; o de Profissional Técnico de Nível Médio em Serviços de Saúde do SUS; Criação da Classe E para todos os Cargos da Carreira, entre outras.

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?tipo=ler&mat=362395>

18/03/2011 - 09h36

Governo do Estado lamenta a morte do conselheiro de Saúde Lousite

Redação 24 Horas News

O Governador de Mato Grosso, Silval Barbosa, lamenta a morte do conselheiro estadual de Saúde Lousite Ferreira da Silva. O membro do conselho morreu aos 66 anos vítima de complicações cardíacas. Lousite passou mal durante audiência pública na sede da Assembleia Legislativa, foi socorrido e teve mais uma parada cardíaca no Pronto Socorro de Cuiabá onde faleceu.

O corpo está sendo velado na Capela Jardins, sala Lírios, na Rua Manoel Ferreira de Mendonça, 364, bairro Bandeirantes, em Cuiabá, Mato Grosso.

Lousite Ferreira da Silva era membro do Conselho Estadual de Saúde na representatividade do segmento de Usuários dos Aposentados e Pensionistas, e também exercia a função de presidente da Associação de Aposentados e Pensionistas do Estado de Mato Grosso. Foi militante do Sistema Único de Saúde, economista e professor de Matemática.



<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=362453>

[Início](#)

AUDIENCIA PÚBLICA

Assembleia debate Saúde em clima tenso

Redação

17/03/2011 17:55

Nesta quinta (17) a situação da Saúde no Estado foi tema de debate na Assembleia Legislativa (AL). Antes do início o clima já era tenso com passeata na porta do poder legislativo onde manifestantes traziam cartazes contra a ideia do secretário de Estado de Saúde, Pedro Henry (PP) de terceirizar algumas unidades. Henry discursou para um plateia composta em sua maioria de profissionais da área da saúde, entre eles o médico e vereador, Lúdio Cabral (PT) e o presidente do Conselho Regional de Medicina (CRM), Arlan Azevedo. Devido aos problemas do setor ocorridos nos últimos meses, o público queria mais protestar do que ouvir as propostas dos presentes.

Para se ter uma ideia o presidente da Casa de Leis, José Riva (PP), ameaçou não realizar a Audiência por conta da “baderna” instalada no local. Henry foi interrompido por mais de cinco vezes, o que ocasionou a fúria do deputado Percival Muniz (PPS), que veio em socorro do colega dizendo “todos aqui têm curso médio ou superior, então todos tem educação. Vamos ouvir a proposta do secretário (Henry). Mas, alguns minutos depois, quem já estava pedindo silêncio era Riva e na sua fala disse saber que algumas pessoas vem aqui só pra badernar e pediu respeito a companheiro de sigla, e ameaçou parar a Audiência, caso a plateia não se “calasse”.

No entanto, isso foi difícil de ocorrer tendo em vista que ele tentava fazer valer a ideia de que a terceirização do hospital Metropolitano de Várzea Grande é a melhor solução para resolver o problema da saúde em Cuiabá e Várzea Grande. Finalmente, o secretário conseguiu falar. No entanto, não respondeu sobre como fazer para o Estado ter uma saúde de qualidade.

Ele disse ainda que está só há dois meses no cargo e traz uma proposta para resolver o problema da saúde em Mato Grosso. Porém, que não é aceita pela categoria.

<http://www.circuitomt.com.br/home/materia/52330>

POLÊMICA CONTINUA

Solução não é terceirização



Amanda Alves

Da Redação

O projeto de terceirização dos serviços de saúde imposto pelo secretário de Estado de Saúde (SES), Pedro Henry, não é solução para o caos instalado no Sistema Único de Saúde (SUS), afirmam representantes de pelo menos 23 entidades civis organizadas. Eles denunciam que Cuiabá é a única capital do Brasil que não possui um hospital público estadual, o que acarreta um dos grandes gargalos do atendimento, a falta de leitos. Afirmam que a solução passa longe da terceirização, em que será possível fazer contratações sem licitação de Organizações Sociais de Saúde (OSS) e bens públicos serão cedidos. Com a implantação da nova gestão, o Governo acabaria de terceirizar todos os estabelecimentos hospitalares, já que os 4 hospitais do interior não representam nem 10% dos leitos disponíveis no Estado.

O servidor público e ex-secretário de saúde de Cuiabá, Luiz Soares, diz que a solução apontada pelo Governo é despropositada, pois trata-se de apenas uma transferência do problema a terceiros. Além de não ter uma obrigação para prestação de contas, coloca em questão todo o sistema SUS.

"Cuiabá é a única capital do Brasil que não tem um hospital estadual de retaguarda. O afogamento do Pronto-Socorro de Cuiabá é uma realidade de Mato Grosso que não é do Brasil", alerta Luiz, que é integrante do Movimento Saúde e Democracia. Ele diz que o PS foi planejado para atender emergência e urgência, mas hoje virou um "hospital geral" para todos os mato-grossenses. "Precisamos de uma política de saúde, que atenda os 85% da população que recorrem ao sistema público. O SUS é um processo em evolução, mas precisa de investimento".

O ex-secretário adjunto da secretária de saúde de Cuiabá, Wagner Simplício, conta nos dedos o número de estabelecimentos públicos que hoje estão disponíveis à população. Hospitais Santa Cruz, Modelo, São Tomé e Hospital das Clínicas são prédios adquiridos pelo Governo e que estão de portas fechadas. Outros, como o São Lucas e Santo Antônio se tornaram clínicas particulares. No Hospital



São Judas e Hospital Bom Jesus foi diminuído o número de leitos da última gestão de Governo para cá.

Segundo Wagner, seria necessário um hospital estadual com no mínimo 400 leitos na Capital e serviços de especialidade, como cirurgias vasculares e neurológicas para atender a demanda. Ele critica a demora na abertura do Hospital Metropolitano de Várzea Grande e afirma que os 60 leitos previstos são insuficientes. "Cuiabá representa o ápice da pirâmide e está com o atendimento de alta complexidade".

Na opinião do médico e prefeito de Rosário do Oeste, Joemil Araújo (PMDB), a política da saúde de todo o Estado precisa melhorar urgentemente com a interação com os municípios. "Como está aí tem que ser mudado, senão tem que comprar mais ambulância".

O prefeito diz que, diariamente, pacientes precisam viajar a Capital em busca de atendimento. Ele diz a cidade adota experiência pretendida pelo Governo. "Nós temos um hospital filantrópico que é gerido por uma diretoria eleita pela sociedade, mas só que o modelo funciona com muita dificuldade".

O repasse mensal é de R\$ 20 mil e mais 4 médicos, com custo de R\$ 10 mil cada um por mês, mantidos pela Prefeitura. Segundo Joemil, as consultas com clínica médica e de pediatria atendem a demanda, mas se o paciente necessita de serviço de média complexidade, surge o problema.

<http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=286873&codcaderno=19&GED=7041&GEDDA=2011-03-18&UGID=f8482eb95531defa6d6b9c9c8c239738>

Conselho adianta que vai recorrer contra OSS

Da Redação

O Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso (CRM-MT) irá recorrer à Justiça caso o governador Silval Barbosa (PMDB) sancione a lei complementar que autoriza a contratação, sem licitação, das Organizações Sociais de Saúde (OSS) e o repasse da gestão para entidades filantrópicas. Cerca de 600 pessoas vaiaram e se manifestaram contrárias ao modelo defendido pelo responsável pela



pasta da saúde no Estado, Pedro Henry, em audiência pública na Assembleia Legislativa (AL).

O presidente do CRM-MT, Arlan Azevedo, afirma que a lei complementar 150, aprovada recentemente pelos deputados estaduais, não preconizou os trâmites necessários para ter validade, mesmo se for sancionada pelo governador nos próximos dias. Foram modificados 2 itens da lei. Um deles assegura à SES celebrar contratos de gestão para se abster, total ou parcialmente, de bens públicos destinados às OSS's e o outro dispensaria a abertura de licitação. Recentemente, Arlan diz que o CRM do Rio de Janeiro derrubou a ação de repasse da gestão pública de saúde a organizações filantrópicas e cita que há processo em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF), devido a inconstitucionalidade.

O presidente da Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores de Cuiabá, Lúdio Cabral (PT), classifica a ação de Henry não consultar a população como "equivocada" e solicita que haja auditoria das contas dos 4 hospitais regionais do Estado. Henry afirmou que a conta está saindo até 8 vezes mais cara do que a prevista pela tabela do SUS.

O presidente do Instituto de Defesa do Consumidor (IDC), João Batista Rocha, diz que o dinheiro público precisa ser bem usado. "A população espera gestores empenhados com a causa pública, porque se ele (Henry) não está dando conta, que caia fora". (AA)

<http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=286874&codcaderno=19&GED=7041&GEDDA=2011-03-18&UGID=47d07dca915d16a99a17ce9d49a218ba>

ACORDO

Enfermeiros suspendem indicativo de greve

Caroline Lanhi

Da Redação

Enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem de Várzea Grande não vão entrar em greve. O indicativo foi suspenso depois da reunião entre o Sindicato dos Enfermeiros de Mato Grosso (Sinpen) e o prefeito interino, João Madureira (PSC), o qual garantiu o pagamento da parcela de aumento salarial devida na próxima folha dos funcionários.

Para o presidente do Sinpen, Dejamir Souza Soares a reunião foi satisfatória, já que o gestor se comprometeu a dar continuidade aos



aumentos acordados, além da implantação do o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), em maio. O encontro teve como objetivo cobrar o acordo feito em 2010 que previa o aumento salarial. "O prefeito assumiu que houve um erro ao conceder o aumento apenas aos médicos".

Conforme Soares, no ano passado Murilo Domingos havia se comprometido a pagar o aumento salarial de 100% a todos os auxiliares, técnicos de enfermagem e enfermeiros. Assim os enfermeiros, por exemplo, chegariam ao salário médio nacional da categoria, que é R\$ 1,6 mil. O aumento seria concedido de forma gradativa, em 3 parcelas.

Mas, a administração municipal não passou da 2ª parcela, que deveria ter sido paga em setembro de 2010 e elevaria o salário para R\$ 1.360. Além do não pagamento, o presidente conta que a gestão municipal descumpriu o acordo a partir do momento que concedeu os ajustes aos médicos e não pagou o pessoal da enfermagem.

Ao todo são 480 profissionais, sendo 119 enfermeiros e 361 de nível técnico. Conforme a enfermeira do Pronto-Socorro Municipal Solange Gracioli, que também é membro da diretoria do Sinpen, foram 16 anos sem reajuste salarial.

Solange lembra que a categoria não entrou em greve junto com os médicos entendendo que a população precisa da saúde pública. Explica ainda que a revolta dos profissionais de enfermagem se acentuou porque a categoria foi a única que compreendeu o povo e a dificuldade em relação aos cofres públicos. O não cumprimento do acordo causou indignação, pois esperavam ser reconhecidos.

<http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=286875&codcaderno=19&GED=7041&GEDDA=2011-03-18&UGID=582fa497c5a07600cadbf30931823992>

POLICLÍNICAS

Pacientes ficam horas na fila

Caroline Rodrigues

Da Redação

As pessoas esperam até 4 horas para conseguir atendimento nos pronto-atendimentos das policlínicas de Cuiabá. Os pacientes reclamam da carência de médicos nos postos de saúde tanto da Capital, como de Várzea Grande. Apenas na



Saúde em Foco



unidade do Coxipó, cerca de 350 pessoas são atendidas por dia. Muitas recorrem à saúde pública já em estado grave. Elas preferem se automedicar e consumir ervas medicinais para não enfrentar a longa espera.

O construtor Ademir Martins da Silva, 42, esperava por uma vaga para o filho na Policlínica do Coxipó. Ele disse que o menino estava com inflamação na garganta e muita febre. A doença fez com que ele ficasse 3 dias sem comer e como não melhorava, a única alternativa foi recorrer às unidades públicas.

Ele passou pelo Posto de Saúde do bairro Parque Atalaia, mas não havia ninguém e nem sequer aviso do motivo da ausência dos funcionários. Então, Ademir precisou levar o filho para a policlínica.

No local, passou pela triagem e não havia perspectiva para o atendimento. A espera já completava 4 horas, o que o deixava desesperado.

A prestadora de serviços gerais, Débora Aparecida Pereira, 33, estava na mesma situação. O marido dela é mecânico e teve um acidente com uma marreta. A ferramenta acertou os dedos dele.

Débora descreve que o marido sentia muita dor e no Posto de Saúde só atendem consultas pré agendadas. Como sabia da demora do atendimento, ela deu vários comprimidos de analgésico para o paciente. "Pelo menos ele consegue esperar o atendimento".

O pedreiro Nelson José Machado, 34, levou a filha de 1 ano para ser atendida. Ela tinha 39º de febre, que não pode ser constatada pelo médico, já que não haviam termômetros disponíveis na unidade.

O profissional usou a mão para substituir o equipamento e em seguida fez a receita. Machado diz que teve certa prioridade devido a idade da menina, mas mesmo assim esperou 3 horas. "A classificação demora e muitas pessoas passam na frente".

A coordenadora da unidade, Luzenir Alves de Souza, explica que o número de atendimentos aumentou nos últimos meses. O acréscimo aconteceu devido a pessoas que chegam de Várzea Grande. Muitas já passaram por vários locais em busca de



socorro e todos estavam lotados. Quando chegam à unidade, elas acabam aceitando a espera.

O ideal, segundo Luzenir, seria contratar mais médicos, o problema é que não há espaço. Até mesmo a sala da enfermagem foi transformada em consultório.

Hoje, são 4 médicos por plantão para atender o pronto-atendimento e as emergências. Em casos graves, como o de parada cardíaca, todos precisam correr para socorrer a vítima, o que faz a fila parar. Depois de estabilizar o paciente, ele é transferido para o Pronto-Socorro de Cuiabá.

Direção - A coordenadora acredita que as pessoas estão certas em reclamar da demora, mas não há condições de acelerar as consultas. As pessoas passam pela triagem, no qual as situações críticas têm preferência. Ela explica que a recepção precisa ainda atender os estatutos do Idoso e da Criança, que são outra prioridade.

As demais pessoas, que não se encaixam em nenhuma das características, continuam esperando e sentem-se lesadas. "Estamos trabalhando no limite dos recursos que temos".

<http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=286876&codcaderno=19&GED=7041&GEDDA=2011-03-18&UGID=102f913421fb4d218bb4b975eee972c9>

VÁRZEA GRANDE

Doentes denunciam discriminação

Da Redação

A fila de espera também é grande na policlínica do Verdão e pacientes denunciam que moradores de Várzea Grande estão sendo discriminados na hora do atendimento. O técnico de refrigeração Jessé de Abreu, 45, disse que precisou conseguir um comprovante de residência com endereço da Capital para a mulher ser socorrida.

Abreu relata que a esposa é hipertensa e começou a passar mal no trabalho. O casal mora em Várzea Grande, mas mora em Cuiabá.

Ele buscou a mulher e começou a "peregrinar" nas unidades



de saúde. Primeiro, passou pela Policlínica do Planalto, onde a atendente recusou-se a fazer a ficha de encaminhamento devido ao endereço.

Depois, eles conseguiram um comprovante de residência de um amigo e foram até a unidade do Verdão, onde depois de passar pela triagem a paciente foi encaminhada para o pronto-atendimento.

Abreu conta que ficou muito revoltado com a situação. "Parece até que não somos brasileiros. Pago imposto. Significa se eu viajar e tiver problemas de saúde não posso procurar ajuda?"

A dona de casa Maria das Neves, 61, estava na fila de espera, mas não teve sucesso na busca pelo socorro. Ela conta que o filho dela está com câncer e extremamente debilitado. O rapaz tem feridas que não cicatrizam e o cheiro do machucado era muito ruim.

A mãe ficou com medo e procurou a policlínica para fazer o curativo. No local, foi informada que a sala de curativo estava desativada para limpeza.

A coordenadora da Policlínica, Silvinha de Figueiredo, diz que a espera é inevitável e que mais de 50% dos casos atendidos são de Várzea Grande. Ela afirma que os pacientes não são discriminados e mesmo com o retorno ao trabalho dos médicos do município, que estavam em greve, a demanda não diminuiu.

A profissional relata que já foram contratadas mais 30 pessoas e que há dificuldade em encontrar profissionais. Muitos médicos desistem do trabalho porque alegam não ter condições de atender 80 pacientes por dia. (CR)

<http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=286877&codcaderno=19&GED=7041&GEDDA=2011-03-18&UGID=b6b71dbce9c9c47253ed7e844fb1ebb9>

INFLUENZA

Novos grupos receberão vacina

Raquel Ferreira



Da Redação

Crianças entre 6 meses e 2 anos de vida, gestantes e profissionais da saúde serão imunizados durante a 13ª Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza, promovida pelo Ministério da Saúde. A prevenção é feita desde 1999 em idosos e indígenas. As doses serão aplicadas entre 25 de abril e 13 de maio, com objetivo de vacinar no mínimo 80% da população alvo de 29.929.043 em todo o Brasil. Em Mato Grosso, o órgão preconiza uma cobertura de 468.280 pessoas, embora o público alvo seja de 428.440 pessoas. O Dia D mobilização nacional ocorrerá em 30 de abril.

A inclusão dos novos grupos é necessária por se tratar de pessoas que apresentam possível complicação da influenza, com evolução do quadro para pneumonias bacterianas ou agravamento de doenças crônicas já existentes, como diabetes e hipertensão. A ampliação do público foi definida pela Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações, com base em estudos epidemiológicos e observação do comportamento das infecções respiratórias. A vacina protege contra os 3 principais vírus que circulam no hemisfério sul, entre eles o da influenza A (H1N1). As doses serão ministradas em 65 mil postos em todo país.

O Ministério da Saúde alerta que a principal forma de prevenção é a imunização e por isso pede que a população fique atenta e procure um posto. Os pais devem levar as crianças duas vezes aos postos de vacinação, quando será aplicada meia dose em cada vez. É essencial que a criança retorne ao posto de saúde 30 dias após receber a primeira dose da vacina para que seja aplicada, então, a segunda dose.

<http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=286878&codcaderno=19&GED=7041&GEDDA=2011-03-18&UGID=fd8ba1e8b9117d28889d9f917b7dc9fc>

MATO GROSSO

Notificados 3.719 casos de dengue

Da Assessoria

Dados da Secretaria de Estado de Saúde (SES) mostram



que desde o começo do ano foram registrados 3.719 casos de dengue em Mato Grosso, sendo que apenas na última semana foram 341 notificações. Do total, 16 foram notificados como casos graves de dengue, entre eles na forma hemorrágica.

Conforme o acompanhamento da doença, feito pelo órgão, foram 4 mortes, com 2 casos confirmados e 2 sob investigação.

Em Cuiabá, há notificação de 465 casos de dengue, sendo 7 de casos graves. Dos 7 casos graves registrados na Capital, apenas 1 é morador da cidade. Os outros 6 são de pessoas que foram transferidas dos municípios de Tangará da Serra (1), Nova Brasilândia (1), Alto Paraguai (1), Guarantã do Norte (1) e General Carneiro (1). Um caso é de um paciente morador do Amazonas.

Em Várzea Grande, a notificação é de 113 casos de dengue. Em Sinop, a notificação é de 563 casos de dengue. Em Rondonópolis, a notificação é de 140 casos da doença.

Mortes - Os municípios que tiveram a notificação de óbitos por dengue até o momento foram General Carneiro (1 caso confirmado), Pedra Preta (1 caso confirmado), e Cuiabá (2 casos sob investigação).

As notificações de casos de dengue em Mato Grosso, no ano de 2010, de 1º de janeiro a 17 de março, foram de 31 mil casos, sendo que Cuiabá notificou 2.815, Várzea Grande notificou 1.427 casos, Sinop notificou 2.331 casos e Rondonópolis 3.291 casos. Em 2011, as notificações neste mesmo período foram de 3.719 casos de dengue, em todo o Estado.

Prevenção - A pessoas devem manter as caixas d'água, tonéis e barris ou outros recipientes que armazenam água totalmente tampados e limpos, lavando-os com escova e sabão toda a semana para evitar a proliferação dos criadouros do mosquito, vetor da doença. Também não devem deixar água da chuva acumulada.

<http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=286880&codcaderno=19&GED=7041&GEDDA TA=2011-03-18&UGID=03ca93998aa8717670cfae4949b1ae99>



FARMÁCIA POPULAR

Gratuidade do Tamiflu no programa está prorrogada

Paula Laboissière

Brasília-ABr

O Ministério da Saúde prorrogou até 2012 a gratuidade do medicamento fosfato de oseltamivir, mais conhecido como Tamiflu, no programa Aqui Tem Farmácia Popular. O remédio é indicado para o tratamento de infecções respiratórias agudas graves. A distribuição começou em março de 2010, em razão da possibilidade de uma segunda onda da influenza A (H1N1) gripe suína. Mesmo com a vacinação de 88 milhões de pessoas, o ministério informou que vai manter a descentralização para a aquisição do medicamento.

Isso significa que, para retirar o remédio, o cidadão precisa apresentar apenas o documento de identidade e a receita emitida por um médico da rede pública ou privada. Ela terá que ter validade de cinco dias e ficará retida na unidade da Farmácia Popular.

O ministério alertou que o medicamento não é indicado para todo e qualquer tipo de gripe. A recomendação é que o antiviral seja utilizado por pacientes com quadro de doença respiratória grave, cujo início dos sintomas tenha ocorrido no período de 48 horas.

O remédio, segundo avaliação médica, também é indicado para o tratamento de pacientes com sintomas de gripe que sejam portadores de fatores de risco, como doença crônica e gravidez.

<http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=286842&codcaderno=8&GED=7041&GEDDAT A=2011-03-18&UGID=7972782f7207e1260a2f40cc784b033b>

Falta de agência reguladora aumenta os riscos

Gilberto Costa

Brasília-ABr



Saúde em Foco



A falta de uma agência reguladora na área de energia nuclear expõe a população a fatores de risco, na opinião do físico Rogério Gomes, presidente da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear, da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen). Para Gomes, a Cnen acumula papéis contraditórios que limitam a fiscalização do uso de tecnologia nuclear, além de não ter efetiva autonomia administrativa para controlar as atividades que façam uso de material radioativo. A direção do órgão, entretanto, descarta a hipótese de risco por falta de uma agência reguladora ou pela forma de funcionamento da comissão.

A Cnen é uma autarquia fundada em 1956 e atualmente é subordinada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). "É casa de ferreiro e espeto de pau. A gente não consegue fiscalizar e licenciar as instalações vinculadas à própria Cnen", alerta o presidente da associação ao salientar que os dois reatores do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), de São Paulo; o reator do Instituto de Engenharia Nuclear (IEN), no Rio de Janeiro; e o reator do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), de Belo Horizonte, não têm licenciamento. Os três centros de pesquisa são vinculados à Cnen.

"A Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear não consegue nem licenciar nem fiscalizar as próprias instalações da Cnen que estão na Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento. Não se espera que a gente vá conseguir fazer alguma coisa decente lá fora", reclamou Rogério Gomes. Há cerca de 140 pessoas trabalhando na fiscalização da autarquia.

O presidente da associação lembra que, além de trabalhar com pesquisa, a Cnen também participa da produção industrial. A autarquia controla, por exemplo, as Indústrias Nucleares do Brasil (INB) que monopolizam a cadeia produtiva do urânio, desde a mineração até a fabricação do combustível que gera energia elétrica nas usinas nucleares Angra 1 e Angra 2.

<http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=286844&codcaderno=8&GED=7041&GEDDAT A=2011-03-18&UGID=3bf9a80052b9c96405a4b3e1225dd86d>

Cidades

Apesar de bagunça, audiência pública constata que é necessário mudar gestão da Saúde



Saúde em Foco



Da Redação

A Assembléia Legislativa e a Câmara Municipal de Cuiabá, realizaram em forma conjunta, uma audiência pública para debater a atual situação do sistema de saúde de Cuiabá. O objetivo do evento foi ouvir representantes de sindicatos e entidades médicas com propostas e soluções para o setor, além de ações que melhorem os serviços disponíveis à população. Ao final da audiência, ficou evidente com as declarações dos políticos, representantes da classe médica do Estado e demais participantes, de que o Governo precisa mudar o modelo da saúde pública e, a maioria pediu alterações na gestão pública. “Esse é o primeiro passo que a Assembléia e a Câmara buscam para reverter essa situação caótica que vive a saúde pública em Mato Grosso. O cunho principal é extrair um modelo ideal com transparência para a saúde do Estado, pois a má gestão está presente em todos os lugares. A audiência só é produtiva se extrai resultados positivo de ambos os lados”, disse Riva.

Com o auditório Milton Figueiredo completamente lotado, a classe médica ouviu as explicações do secretário estadual de saúde, Pedro Henry. Em várias oportunidades, o secretário teve seu pronunciamento interrompido pelos manifestantes, mas conseguiu expor a realidade do qual vive a Secretaria de Saúde em Mato Grosso.

“Assumo um compromisso aqui, de melhorar a saúde no Estado, mas necessitamos de mais recursos. A proposta do Governo é formar uma parceria para garantir transparência em todos os processos de gastos”, disse Henry.

De acordo com o deputado Percival Muniz (PPS), a saúde mato-grossense necessita urgentemente de um modelo diferenciado com transparência em todos os aspectos. “Falta uma política pública adequada para a saúde de Mato Grosso”, resumiu Muniz.

A realidade da saúde no Estado causa vergonha à deputada Luciane Bezerra (PSB). Ela argumentou que não tinha conhecimento de como se entrava a saúde em Mato Grosso, porém, deixou claro que pretende ajudar com propostas inovadoras. “Esse caso é irreversível e, depende única e exclusivamente do governador (Silval Barbosa)”, lembrou ela. “Falta gestão pública direcionada e capaz com o atendimento”, emendou Dilmar Dal Bosco (DEM).

O promotor de Justiça da Cidadania de Cuiabá, Alexandre Guedes, argumentou que toda política pública de saúde deve ser discutida com a população. “Temos que respeitar todas as opiniões e proponho que a Assembleia realizasse esse tipo de audiência a cada três meses para discutir o modelo que está posto em Mato Grosso. Em outros Estados há o Conselho de Administração que fiscaliza a saúde”, apontou ele, citando como exemplo o modelo da saúde pública do Estado de São Paulo.

Conforme o vereador Lúdio Cabral (PT), o caminho que a secretaria está adotando “está equivocado”. Ele citou que a administração pública está em dificuldade de colocar em



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

prática o próprio serviço público. “Isso é um absurdo nesta área, pois há um comprometimento gerencial”, afirmou Lúdio, solicitando auditoria em Hospitais Regionais de Mato Grosso. “Precisamos saber e punir quem faz coisas erradas”, relatou o vereador.

Na avaliação do presidente do Sindicato dos Médicos de Mato Grosso, Ednaldo Lemos, falta esclarecimentos e conhecimentos da Secretaria Estadual de Saúde (SES/MT). “A situação do SUS de Mato Grosso é um caos total, mas os servidores não têm culpa nenhuma desse problema”, disse ele. “Defendemos concurso público e plano de cargos e carreira, salários, porque é direito da população”, emendou Lemos.

O presidente do Conselho Regional de Medicina (CRM), Arlan Ferreira lembrou que a responsabilidade desse problema é do gestor público. Ele disse ainda que a situação chegou a este ponto por causa de erros cometidos desde o ano de 1988. “Este é o golpe fatal de misericórdia da saúde de Mato Grosso. É uma assinatura de incompetência dos nossos gestores”, opinou o presidente do CRM.

Participaram também da audiência pública os deputados Ezequiel Fonseca (PP), Nilson Santos (PMDB), Wallace Guimarães (PMDB), Romoaldo Junior (PMDB), Luiz Marinho (PTB) e Baiano Filho (PMDB).

Marcaram presença ainda, vereadores, representantes dos conselhos regionais de Medicina; de Farmácia; de Enfermagem; Sindicato dos Médicos; Ministério Público; Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Mato Grosso e Fundação Nacional de Saúde em Mato Grosso.

<http://www.odocumento.com.br/materia.php?id=357688>

SAÚDE PÚBLICA

Ânimos acirrados na AL

Única discussão popular sobre implantação de OS em hospitais tem público de 400; um morre após falar

CAROLINA
Da

HOLLAND
Reportagem

A primeira tentativa de democratizar o debate a respeito do modelo de gestão pretendido pelo Estado nos hospitais regionais foi marcada por ânimos acirrados e intensa mobilização por parte de movimentos sociais, estudantis e instituições reguladoras em audiência pública na Assembleia Legislativa, ontem. Mais de 400 pessoas estiveram no local. Já



Representantes de categorias da Saúde combateram duramente estratégia defendida pelo governo



Saúde em Foco



no fim do dia, logo após seu pronunciamento aos presentes, o presidente da Associação dos Aposentados e membro do Conselho de Saúde de Cuiabá, Lousite Ferreira da Silva, sofreu um mal súbito no auditório e morreu em decorrência de duas paradas cardíacas.

A Secretaria de Estado de Saúde defende a ideia de que a administração dos quatro hospitais regionais em atividade no Estado e o Hospital Metropolitano de Várzea Grande – com inauguração prevista para maio - seja feita por Organizações Sociais (OS). A forma de gestão é duramente criticada por setores ligados à Saúde e é chamada pela categoria de terceirização do setor.

Durante a audiência, o secretário Pedro Henry destacou as dificuldades de acesso à saúde em todo o Estado e a demora nos serviços. Sob vaias, Henry afirmou que, para colocar o Hospital Metropolitano de Várzea Grande em funcionamento de forma rápida, é preciso parceria com uma OS. “Estamos há dois anos sem proposta para viabilizar o funcionamento [do hospital]. Foi por isso que buscamos esse modelo, para poder oferecer os leitos à população mais rapidamente”.

Já para o presidente do Sindimed, Edinaldo Lemos, entregar a administração dos hospitais para OS é assinar a carta de incompetência para gerir a Saúde. “Falta vontade para arranjar recursos para o setor. Esse modelo proposto prejudica o trabalhador, não haverá mais concurso. Servidor público tem que ser concursado”.

O presidente do CRM, Arlan Azevedo, classificou o modelo proposto pela SES como “golpe de misericórdia” à Saúde e defendeu transparência e discussão durante processo de escolha do tipo de administração dos regionais. “Escolheram um modelo sem nem consultar o Conselho de Estado de Saúde”, criticou.

Durante a audiência, o médico e vereador Lúdio Cabral, membro da Comissão da Saúde, disse que o caminho escolhido pela SES para tentar resolver parte dos problemas é equivocado e compromete o SUS (Sistema Único de Saúde). Ele sugeriu auditorias nos hospitais regionais para saber por que os custos foram tão altos. “Fisiologismo, má gestão, loteamento. É por isso que esses hospitais custam caro”, afirmou. “Eu não posso ser convencido de que o Estado não tem competência para colocar em funcionamento um hospital em dois anos”, criticou, aplaudido pelos presentes. O vereador também sugeriu que, ao invés de colocar a administração sob Organizações Sociais, que o hospital metropolitano seja transformado em uma autarquia, “com gestão pública, técnica, sem loteamento”.



MORTE - A audiência foi suspensa depois que o membro do Conselho Estadual de Saúde e presidente da Associação dos Aposentados, Lousite Ferreira da Silva, passou mal. O aposentado teve convulsões e entrou em coma momentos após falar ao público. A vítima recebeu socorro dos médicos presentes na audiência, mas teve uma parada cardíaca ainda na AL. Minutos depois, Silva foi reanimado pela equipe do Samu que o atendeu e foi encaminhado para o Pronto-Socorro de Cuiabá, mas teve outra parada cardíaca ao dar entrada no hospital e morreu.

<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=389864>

AEDES AEGYPTI

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

Mais de 300 casos de dengue em 1 semana

Ao todo, neste ano, já são 3,1 mil registros, com 16 situações graves. Óbitos são dois confirmados e um sob investigação, na Capital

DHIEGO MAIA e JOANICE DE DEUS
Da Reportagem

A cada semana mais pessoas são contaminadas pelo vírus da dengue em Mato Grosso. Segundo a Secretaria Estadual de Saúde (SES), mais 341 pessoas contraíram dengue no Estado na última semana. Ao todo, de 1º de janeiro a 17 de março, já são 3.719 casos. No dia 10 de março, Mato Grosso contabilizava 3.378 notificações. Do total de casos, 16 são considerados graves.



Pedra 90, detentor de alto índice de infestação, recebeu mutirão

Ainda segundo o relatório, mais um caso de morte por dengue segue sob investigação no Estado. A morte ocorreu em Cuiabá, que já tem mais um caso sendo analisado. Os outros dois casos de óbitos foram confirmados e ocorreram nos municípios de General Carneiro e Pedra Preta.

Cuiabá é de longe a cidade com o pior quadro da doença. A Capital corre risco de passar por um surto de dengue já que está com índice de infestação larval (Lira) do mosquito *Aedes aegypti* quase sete vezes superior ao tolerável pelo Ministério da Saúde, em 6,8%, quando o recomendado não deve passar de 1%. Por conta da realidade da doença em Cuiabá, Mato Grosso foi classificado como de alto risco de contaminação.



Saúde em Foco



Em alguns bairros da região sul de Cuiabá o índice de infestação beira 14,4%. O Lira também demonstrou que em 50,3% dos imóveis inspecionados pela Vigilância Epidemiológica, agentes de saúde encontraram larvas em caixas d'água, pratos e vasos de planta. A Capital também acumula a notificação de 465 casos da doença. Em Várzea Grande, a notificação é de 113 casos de dengue. Em Sinop, é de 563 casos de dengue. Em Rondonópolis, o total chega a 140 casos da doença.

PEDRA 90 - Com um dos maiores índices do Lira e número de notificações de dengue, o Pedra 90, em Cuiabá, recebeu ontem o mutirão de limpeza e combate ao *Aedes aegypti*, transmissor da doença. Enquanto no geral a Capital apresenta o Lira de 6,8%, no bairro o índice é de 14,4%, o que representa a presença da larva do mosquito em 14,4 imóveis a cada grupo de cem.

Neste ano, em Cuiabá já foram registrados 465 casos de dengue confirmados, sendo 228 confirmados. Do total de comprovados, o Pedra 90, que ano passado recebeu três mutirões, computa o maior número: 22 casos.

Outros bairros que apresentam índices preocupantes são o Nova Esperança (14,4%), Bosque da Saúde (14,3%) e Terra Nova (14,3%), entre outros. Periferia da cidade, o Novo Paraíso I é um dos que apresenta um dos menores índices de 2,6%.

Para a coordenadora do Programa de Controle da Dengue da Secretaria Municipal de Saúde, Alessandra Costa Carvalho, o levantamento é claro e revela o descuido por parte da população. "Cinquenta e três por cento dos criadouros são as caixas d'água", afirmou.

Segundo ela, depois dos reservatórios de água vem o chamado lixo da dengue como plásticos e latas (28,8%), depois os reservatórios móveis (10,5%). Os demais são lajes, sanitários, ralos (4,2%) e pneus ou depósitos naturais, como as bromélias.

No Pedra 90, os agentes de saúde saíram de casa em casa. "Se detectado focos o agente faz o tratamento ou solicita que sejam tomadas as providências para eliminação do criadouro", explicou Carvalho.

<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=389870>

GERAL

18 de Março de 2011 - 09:22



Conselheiro que morreu após discurso na Assembleia será enterrado hoje

Fonte: Só Notícias/Alex Fama

O conselheiro estadual de Saúde e titular da Associação dos Aposentados do Estado, Lousite Ferreira da Silva, faleceu, ontem, após passar mal durante a audiência pública para discutir a situação do sistema da saúde, na Assembleia Legislativa. O conselheiro chegou a discursar no evento momentos antes de ter uma parada cardíaca.

Ele foi atendido pela equipe médica do parlamento, foi reanimado pela equipe do Samu ao sair da Assembleia, porém, ao dar entrada no Pronto Socorro de Cuiabá, teve outra parada cardíaca e não resistiu. A Assembleia Legislativa divulgou nota de pesar pela morte do conselheiro.

O presidente José Riva (PP) afirmou que Lousite sempre foi um participante assíduo das discussões promovidas pela Assembleia e que sua falta será sentida por muitos. "É uma perda lastimável e tenho certeza que Lousite será sempre lembrado pelas lutas que enfrentou, respeitando sempre o processo democrático", disse por meio da assessoria.

O corpo do conselheiro estadual de Saúde de Cuiabá, Lousite Ferreira da Silva, será velado hoje na Capela Jardins, mas ainda não há previsão do início do velório.

[http://www.sonoticias.com.br/noticias/7/122960/conselheiro-que-morreu-apos-discurso-na-
assembleia-sera-enterrado-hoje](http://www.sonoticias.com.br/noticias/7/122960/conselheiro-que-morreu-apos-discurso-na-assembleia-sera-enterrado-hoje)



POLÍTICA

17 de Março de 2011 - 18:14

Henry enfrenta protestos em audiência sobre mudanças na saúde

Fonte: Só Notícias/Alex Fama (fotos: assessoria)

O auditório da Assembleia Legislativa esteve lotada e com manifestantes com os ânimos exaltados durante a audiência pública para debater a saúde e a possível implantação do novo modelo de gestão da saúde que o atual secretário de Estado de Saúde, Pedro Henry, pretende adotar no Estado. A audiência teve mais de três horas de duração. Cerca de 300 profissionais da saúde da rede estadual acompanham a audiência que foi conduzida pelo presidente da Assembleia Legislativa, José Riva, e com a participação de Henry.

Toda vez que o secretário tentava falar era vaiado pelos manifestantes. Tanto Riva quanto Henry chegaram a se irritar com os manifestantes. "Isso não é a Casa da baderna", exclamou Riva. "Deputado Riva, assim fica difícil", externou Henry. Mesmo sob críticas e vaias, Henry tentou por quase uma hora explicar a proposta sobre a transmissão do comando das unidades hospitalares às Organizações Sociais. Os representantes da categoria fizeram duras críticas ao modelo de gestão estabelecido pelo secretário e repudiaram a possibilidade de terceirização dos hospitais regionais.

De acordo com a assessoria de imprensa, Henry também reafirmou que não quer causar desemprego e assumiu o compromisso, em nome do governo, para garantir aos movimentos sociais, Tribunal de Contas e AL, que será formada uma comissão para fazer a gestão dos recursos. "O governo quer atender a angústia do povo de Mato Grosso, que não aguenta mais essa situação".



Saúde em Foco



O presidente do Sindicato dos Médicos de Mato Grosso, Edinaldo Lemos, ressaltou que a participação maciça dos profissionais na audiência demonstra a união e força da sociedade. Para ele, a situação de caos da saúde nunca foi culpa dos servidores, pois se estão desestimulados, se houve incompetência ou negligência a culpa não é do setor público "e sim do gestor que deveria cobrar isso, porque o estado tem que prover saúde à população. Mas, se o gestor não se sente competente pra agir, que peça a opinião dos servidores e pessoas envolvidas no sistema", afirmou, durante a reunião.

Outro ponto polêmico da audiência foi o descontentamento por parte dos vereadores de Cuiabá. Representando a câmara, o vereador Antônio Fernandes (PSDB), criticou a desorganização do evento que deveria tratar sobre um assunto sério. "A privatização da saúde é um assunto sério que deve ser debatido com maturidade e equilíbrio, não de forma desorganizada como esta audiência", afirmou, por meio da assessoria, o vereador Toninho de Souza, que também se retirou do evento por não concordar com a "bagunça".

(Atualizada às 19h06)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social





<http://www.sonoticias.com.br/noticias/10/122935/henry-enfrenta-protestos-em-audiencia-sobre-mudancas-na-saude>

MT

Idoso morre após discursar em audiência na Assembleia em Mato Grosso

O aposentado Lousite Ferreira da Silva, membro do Conselho Estadual de Saúde, morreu na noite desta quinta-feira, por volta das 19h30, após sofrer uma parada cardíaca durante a audiência pública realizada na Assembleia Legislativa para debater a saúde de Mato Grosso. Ele passou mal logo após discursar.

Lousite também é representante da Associação dos Aposentados e emocionou-se durante sua fala. Minutos depois de encerrar o discurso, já sentado, começou a passar mal, teve convulsões e entrou em coma.

Os vários médicos que estavam no local prestaram socorro e tentaram reanimá-lo. Ele foi levado pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) para o Pronto-Socorro de Cuiabá. Antes de chegar ao hospital ele foi reanimado, mas durante o atendimento já na unidade acabou sofrendo uma segunda parada cardíaca e veio a óbito.

O presidente do Conselho Regional de Medicina (CRM), Arlan de Azevedo, foi um dos que prestou socorro a Lousite e informou que o estado dele ao deixar a Assembleia era crítico. Após o incidente a audiência foi suspensa e remarcada para o próximo dia 5 de abril. O secretário de Estado de Saúde, Pedro Henry



(PP), ficou bastante abalado e disse que Lousite foi seu companheiro no conselho.

A audiência teve início por volta das 15h30 desta quinta-feira (17) e os servidores da saúde e médicos lotaram o auditório Milton Figueiredo. Marcada por vaias e protesto o clima foi tenso durante toda a reunião. Os manifestantes chegaram a irritar o presidente da Assembleia Legislativa, deputado José Riva (PP), que pediu ordem.

Fonte: Olhar direto

<http://www.fatosemdia.com.br/Noticias/Ver/6920/>

Brasília, 17 de março de 2011

Plenário aprova relatório sobre órteses e próteses



Durante a 219ª Reunião Ordinária, nesta quarta-feira (16), Grupo de Trabalho (GT) Órteses e Próteses apresentou ao Plenário do Conselho Nacional de Saúde (CNS) o resultado da análise feita pelo GT sobre o processo de fornecimento de órteses e próteses e possíveis falhas e ou problemas no sistema.

De acordo com os dados apresentados, constatou-se que nem sempre o que é preconizado pelas portarias e políticas instituídas pelo Ministério da Saúde é implantado nos municípios, o que contribui para a existência filas e a demora no acesso dos usuários às políticas de fornecimentos de órteses e próteses.

Sobre a qualidade das órteses e próteses fornecidas pelo SUS, o Grupo informou que “a questão não foi respondida de forma segura pelos órgãos de registro e controle (Anvisa), testagem e certificação (Inmetro) já que não existe estrutura suficiente no país para que se possa atestar a qualidade de qualquer órtese e prótese fornecida no país, quer seja pelo sistema público ou privado de saúde”.



Após o debate, o Plenário do CNS acatou os encaminhamentos sugeridos pelo GT, entre elas a recomendação ao Ministério da Saúde para a realização de uma pesquisa nacional para identificar quais são as reais condições de saúde e necessidades das pessoas que necessitam de órteses e próteses para o adequado planejamento de recursos e serviços assistenciais. O CNS também aprovou a realização de reunião com a Anvisa, Inmetro e outros convidados com o objetivo de fazer uma avaliação da qualidade das órteses e próteses e o mapeamento desses serviços no SUS.

http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2011/17_mar_orteseprtese.html

Brasília, 17 de março de 2011

CNS discute o panorama da Tuberculose no Brasil



Na tarde dessa quarta-feira, 16, em seu penúltimo ponto de pauta, a 219ª Reunião Ordinária do CNS abordou o tema Dia Mundial da Tuberculose (TB), comemorado em 24 de março. No Brasil, estimativas apontam que a 7.500 pessoas ainda morrem, por ano, vitimadas pela doença. Hoje, o país ocupa o 22º lugar entre os que têm mais alta carga da doença e, além disso, é a primeira causa morte dos portadores de HIV e a terceira no Brasil.

Para discutir esse tema, compuseram a mesa, Draurio Barreira, coordenador do Programa Nacional de Controle da Tuberculose, Carlos Gouvea, do Fórum ONGs Tuberculose/RJ e o conselheiro Nacional José Marcos de Oliveira.

Apesar dos relevantes dados sobre a doença, apresentados ano após ano, o Ministério da Saúde só passou a tratar a Tuberculose como prioridade apenas em 2003. Mas o fato é que toda população brasileira tem direito ao diagnóstico e tratamento no Sistema Único de Saúde (SUS).

Os dados confirmam que mais de 75 milhões de casos são diagnosticados ao ano e destes, 10% são retratamento. Ou seja, pacientes que por algum motivo, abandonam o tratamento, ou tratam de forma inadequada, e assim não conseguem encontrar a cura e, desta forma acabam aumentando os números de casos notificados e os óbitos.

No que se refere ao abandono de tratamento, Carlos Gouvea, do Fórum ONGs Tuberculose/RJ, alertou que “muitas vezes não é o paciente que abandona o tratamento, na verdade é o serviço que deixa o paciente, especialmente por falta de pessoal necessário para dar andamento ao tratamento adequado”. Gouvea lamenta, e



Saúde em Foco



afirma que apesar da passagem dos séculos “o Brasil continua criando condições favoráveis à perpetuação da Tuberculose no país”.

O coordenador do Programa Nacional de Controle da Tuberculose, Draurio Barreira, também advoga a idéia de que o panorama da Tuberculose no Brasil “só irá melhorar quando, e se, os fatores condicionantes para uma boa saúde da população forem, de fato, estruturados e garantidos a todos”.

E ressaltou no Pleno do CNS, que a presidente Dilma Rousseff elegeu a erradicação da miséria como sua prioridade e “a Tuberculose é produto da desigualdade social”, finaliza Draurio Barreira.

Ao fim, como encaminhamento, duas recomendações foram aprovadas por unanimidade, uma sobre a concessão de um benefício para portadores de tuberculose, que será enviada ao Ministério da Saúde (MS) e outra, sobre a inclusão do tema da TB na agenda política dos Conselhos de Políticas Públicas.

Tratamento - A tuberculose é uma doença infecciosa, causada pelo bacilo de Koch, e transmitida por meio do ar, mas com o tratamento supervisionado o risco da propagação da doença diminui, pois o paciente é acompanhado e orientado diariamente. O tratamento dura seis meses e o paciente vai diariamente ao Posto de Saúde tomar a medicação. O tratamento é gratuito e disponível nas Unidades de Saúde. Os principais sintomas são a tosse crônica (três semanas), a febre, o suor noturno (que chega a molhar o lençol), a dor no tórax, a perda de peso lenta e progressiva e a perda do apetite e indisposição. Com a constatação dos sintomas, o paciente deve procurar imediatamente o Posto de Saúde do seu bairro.

Apesar de todo o avanço da tecnologia e da medicina, a tuberculose é, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maior causa de morte por doença infecciosa em adultos e continua matando milhões de pessoas em todo o mundo.

http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2011/17_mar_tuberculose.html